

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MEMÓRIA SOCIAL

EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO SUBJETIVA NOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE

¹ Verônica Freitas Pacheco (IC-CNPQ); ² Francisco Ramos de Farias (orientador).

1 – Departamento de Serviço Social; Escola de Serviço Social; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Programa de Pós-Graduação em Memória Social;

Apoios Financeiro: CNPq

Palavras-chave: educação; privação; liberdade.

INTRODUÇÃO

É inegável que o sistema penitenciário seja um tema que entre constantemente em debate na sociedade, porém ainda hoje há muitos discursos falaciosos, pois a grande maioria pouco conhece a realidade daquele espaço, ou mesmo mantém a ideia de que se trata de uma instituição sem qualquer articulação com a sociedade. Constantemente vê-se circular uma concepção atrelada a uma interpretação do senso comum acerca da prisão. Em primeiro pautada no jargão de que a prisão é um espaço sem serventia, no sentido de preparar o preso para retorno à vida livre e, segundo, o que é uma grande contradição, tudo leva a crer que uma corrente da sociedade tem a expectativa de que o homem, uma vez preso não deveria mais sair da prisão. Por estar sempre em foco, quer dizer pelo fato de a prisão, desde sua criação, ter sido sempre um espaço eivado de críticas, há a necessidade de ampliação deste tema, para que contribua como auxílio teórico para futuras propostas de políticas públicas com foco da intervenção nas unidades prisionais, e até mesmo uma reflexão acerca da necessidade ou não de sua existência como espaço instituído socialmente. Como podemos depreender, a história das prisões e sua dinâmica pode ser estruturada em fragmentos a partir, tanto das concepções de estudiosos, quanto do testemunho de que esteve custodiado nesse lugar por um longo período. Em certo sentido, a memória das instituições prisionais deve ser construída, considerando o cenário de cada época onde acontecem marcantes transformações sociais em diferentes níveis da experiência humana. Por outro lado, as prisões, por serem um espaço que produz a homogeneização de seus instituídos, em função das transformações e aquisições de hábitos, acaba por ser também um espaço produtor de subjetividade, em razão, principalmente da assimilação da cultura das prisões. Nessa rubrica insere-se a educação prisional que tem como função caminhar na contramão do gerenciamento das prisões devido à sua função de esclarecimento e emancipação do homem. Nisso a educação nas prisões confronta-se com um grande paradoxo: como é possível pensar em emancipação pelo esclarecimento em um espaço onde de restrição de liberdade impera a obediência e submissão? São esses impasses referentes à proposta de uma educação nas prisões. No entanto, mesmo diante desse cenário, acredita-se que a transmissão de saber terá como finalidade, fornecer ao homem condições de escolhas em sua vida. É meta da educação no sistema prisional, em muitos países, proporcionar ao preso um futuro melhor ao sair em liberdade, além de promover a integração social. Porém não se pode deixar de refletir sobre as condições competitivas da vida em sociedade em termos dos meios de satisfação de suas necessidades básicas, como saúde, segurança, emprego. Sabe-se que a alocação do homem em determinados espaços é fruto de uma acirrada competição na luta pela sobrevivência e, obviamente, a situação do egresso do sistema prisional agrava-se muito em razão dos estigmas que são imputados ao preso, dificultando-lhe a ambientação à vida em liberdade ao deixar a prisão. No Brasil o debate sobre a responsabilidade social do estado no sentido de preparar o preso para o retorno à vida em sociedade chegou mais tarde, do que deduzimos parece ter prevalecido a exortação foucaultiana de que os delinquentes são úteis à sociedade, razão pela qual a prisão não só produz delinquentes por que a sociedade precisa deles, como também os presos encaixam-se nessa demanda social incluindo-se, de forma alienada, no rolo das políticas públicas. A educação em relação ao trabalho demorou a ser aceita, pois o principal pensamento, especialmente da sociedade, era de que o apenado não deveria ficar ocioso, como forma de punição e não de profissionalização, e isto a partir de uma visão embasada no senso comum se relaciona somente a visão negativa concernente à função do trabalho. Porém a Lei 12.433, de 29 de junho de 2011, altera esta realidade, garantindo também pelo estudo a remissão de pena (1 (um) dia de pena por 12 (doze) horas de frequência escolar, divididas em 3 (três) dias). Neste contexto, embora sejam grandes as melhorias, o índice carcerário sem acesso continua grande, seja pela forma com que a sociedade funciona no sentido da criminalização de determinados segmentos sociais, seja pela desigualdade social em termos de acesso à justiça. A partir de dados de maio de 2012 do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), constata-se que 80% da população carcerária continua sem acesso a educação, pois apesar de ser um direito, uma proposta de política pública, as vagas não existem na prática e cabe assinalar que a inserção do preso à escola nas prisões é um mérito que depende de uma avaliação positiva de seu comportamento que fica ao encargo do setor de classificação. Garantir a educação implica diretamente a vida de quem recebe este serviço, porque pessoas que passam pelo processo escolar podem ter mais facilidades e chances de defender seus direitos humanos, podendo articular a favor de todos os outros, como saúde, habitação, previdência, desde que tomem decisões em relação aos destinos ao serem dados às suas vidas em função do acesso ao saber. Apesar da educação por vezes ser pontuada como mercadoria e restrita à formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, consiste num direito social, que viabiliza o acesso e debate aos demais direitos. Pensar a educação como fator de mudança social e proposta no processo de “reinserção social” dos presos, é reconhecer que as escolas tem envolvimento direto com todo o ambiente cultural e comunitário que o usuário está inserido. Nesse sentido, quando focalizamos a educação nas prisões estamos construindo mais um capítulo desse espaço que encerra uma das condições mais obscuras da experiência humana: o crime. Nesse sentido, refletir sobre a transmissão de saber é construir a memória da inserção das escolas nos espaços prisionais e analisa-las os processos educativos dentro dos espaços de reclusão, problematizando a memória social da educação nestes espaços. Um questionamento crítico a esse respeito deve ser objeto de reflexão: se as políticas públicas de assistência em termos dos direitos do homem fosse igualmente aplicadas pelo Estado haveria necessidade de escolas em prisões?

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

OBJETIVO

Analisar a construção da memória social da educação nos espaços de privação e restrição de liberdade no estado do Rio de Janeiro, problematizando e refletindo sobre o papel da educação no processo de custódia, desde a sua criação, implantação e funcionamento.

METODOLOGIA

Esta investigação centra-se na construção de memória a partir da análise da documentação. A investigação está sendo desenvolvida em quatro etapas metodológicas interdependentes: Levantamento documental na SEEDUC, levantamento documental na SEAP, levantamento de indicadores educacionais no site do DEPEN e levantamento de indicadores educacionais no site do CNJ.

RESULTADOS

No processo de análise e interpretação focalizou-se o estudo das documentações, somado ao arcabouço teórico da pesquisa, para detectar os seguintes pontos de destaque: a memória social dos processos e atividades educativas nas prisões, a memória social das escolas (institucionalização da educação) nas prisões e as contradições do papel da escola no processo de custódia e tratamento dos presos.

CONCLUSÃO

É inegável que não se pode somente atribuir o ensino profissional como meio de mudança social para presos, mas sim uma que desenvolva todo o potencial daqueles que fazem uma aposta na produção de uma escrita sobre a trajetória de vida. A realidade fora do cárcere, no geral, não disponibiliza os mesmos acessos e nem aceitará da mesma forma estes egressos, tendo em vista que estes ficam estigmatizados pelo tempo recluso e pela condição de criminoso dependendo da classe social a que pertencem. Avaliando os processos educativos dentro deste espaço, observa-se que há a necessidade de criar uma forma de ensino que não os paralise perante as dificuldades que serão encontradas pelas relações sociais, além de uma nova avaliação sobre a forma que as políticas públicas são implantadas, tendo em vista que em suma elas não são postas em prática na sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>.
- BRASIL. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>.
- FACEIRA, L. S. Lei de Execuções penais: um olhar sobre a assistência da pessoa presa. In: JULIÃO, E. F. (org.) Educação para jovens e adultos em situação de privação e restrição de liberdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- FARIAS, F. R. A construção da Memória da Educação Prisional no Estado do Rio de Janeiro” Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: UNIRIO/FAPERJ/DPQ, 2011.
- FORTI, V. Ética, crime e loucura. Rio de Janeiro: Lumen & Juris, 2009.
- IRELAND, T. D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. Em Aberto. Brasília: v. 24, n. 86.
- JULIÃO, E. F. Educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade. In: _____. Educação para jovens e adultos em situação de privação e restrição de liberdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- MUNOZ, V. O direito à educação das pessoas privadas de liberdade. Em Aberto. Brasília: v. 24, n. 86.